

A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO HISTÓRICO NO DISCURSO DA IMPRENSA SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA TELEBRÁS

Fernando Felício Pachi Filho*

RESUMO

Neste artigo, procuramos compreender, com base nos princípios teórico-metodológicos da Análise do Discurso (AD), na tradição aberta por Michel Pêcheux, a produção do significado “histórico” no discurso da imprensa, em especial dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* - sobre a privatização das empresas do sistema Telebrás, em 1998. Para tanto, observa-se o tratamento dado por estes veículos de comunicação a este acontecimento, em 29 de julho de 1998, por meio das regularidades discursivas que podem ser descritas. A tomada de posição privatista dos jornais analisados tenta cristalizar o sentido histórico para a privatização, interpretada como um evento importante para a sociedade brasileira.

ABSTRACT

In this article, which has as its basis the theoretical-methodological principles of French Discourse Analysis, tradition started by Michel Pêcheux, we seek to understand how the press discourse, especially observed in *O Estado de S. Paulo* and *Folha de S. Paulo* newspapers, constitute the historical meaning for the privatizations of telecommunication companies, in 29th July 1998. For this purpose, we consider how these two papers report this event and the discourse regularities that can be described. The taking of privatization position of the newspapers analyzed attempts to crystallize a historical meaning for privatization, interpreted as an important event to Brazilian society.

1. Introdução

As privatizações, de modo geral, foram significadas pela imprensa como eventos de importância e de abrangência política e socioeconômica relevante, o que justifica acompanhamento e cobertura em todas as suas fases. No caso das telecomunicações, a pauta mereceu destaque, principalmente, ao longo dos dois anos que antecederam o acontecimento da privatização do Sistema Telebrás, no dia 29 de julho de 1998, data que ganha estatuto histórico na significação proposta na cobertura dos jornais. O fato mereceu cobertura intensa e espaço editorial considerável, tendo ainda uma sobrevivência de uma semana em matérias publicadas em ambos os jornais, repercutindo a venda das estatais e especulando o futuro das telecomunicações no Brasil, sobretudo no que se refere aos

* Doutor em Linguística pela Unicamp, professor da Faculdade de Tecnologia Termomecânica (FTT) e da Universidade Paulista (UNIP). Artigo escrito em 2009.

serviços prestados pelas empresas que assumiam o controle das estatais. Na *Folha de S. Paulo*, foi dedicado ao assunto da privatização um caderno especial antes do evento, no dia 25 de julho, e depois do evento; e, em *O Estado de S. Paulo*, houve cobertura concentrada como tema principal no Caderno de Economia, além de artigos e editoriais ao longo das semanas que antecederam o leilão. Em ambos os jornais, o assunto foi destacado como manchete do dia 30 de julho de 1998.

A cobertura intensa é um primeiro gesto interpretativo que devemos considerar à luz de uma avaliação feita pelos jornais desde antes do evento e que corresponde à prática discursiva da imprensa de selecionar e hierarquizar informações de acordo com critérios de relevância, abrangência, impacto da informação, que faz significar o acontecimento da privatização como algo importante para a sociedade, e “histórico”. Isso significa, portanto, que há uma produção de sentidos para este dia, antes mesmo de ele se realizar, definida ao longo de toda a cobertura e que contribui para o efeito de apologia da privatização. Neste artigo, procuramos compreender, com base nos princípios teórico-metodológicos da Análise do Discurso (AD), na tradição aberta por Michel Pêcheux, a produção do significado “histórico” no discurso da imprensa, em especial dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, sobre a privatização das empresas do sistema Telebrás.

2. Historicidade do discurso jornalístico

Mariani (1993) explica que a análise do discurso jornalístico¹ deve levar em conta o funcionamento imaginário de uma época, porque ele integra uma sociedade e sua história e, ao mesmo tempo, ele é história, e está “entranhado de historicidade”. Esta visão, de certa forma, é compartilhada por historiadores como Nora (1995, p. 180). De acordo com este autor, a época contemporânea é vivida já com sentido histórico. Este sentido, segundo ele, é formado porque há na atualidade uma circulação generalizada de discursos, produzida principalmente pelas mídias de massa, que significam como históricos acontecimentos do mundo contemporâneo. Desde o fim do século XIX, o presente passou assim a ser

¹ Consideramos o discurso jornalístico como aquele produzido pelos jornais e também aquele que circula nos jornais.

dominado por acontecimentos e a história seria construída por ele. Na visão de Nora, as mídias de massa hoje alimentam o imaginário de que contam a história do presente porque conferem significados para os acontecimentos sociais. Os meios de comunicação são mesmo condição de existência desses acontecimentos. O fato de serem divulgados integra, portanto, sua produção. Assim, conclui Nora, o acontecimento não é por si histórico. É necessário que ele seja conhecido para existir. Somente a imprensa, explica o autor, “dispõe de uma gama de virtualidades sem rival” para a construção de uma realidade (NORA, 1995, p.182). Ocorre, nessa produção do acontecimento, a tendência a torná-lo sensacional, permanentemente novo, para alimentar a “fome de acontecimentos”, devido à redundância intrínseca ao sistema. Ele se impõe como um dado, antes mesmo de uma avaliação histórica *stricto sensu*. Na mídia, ocorre uma imposição do vivido como história e “o presente nos impõe em maior grau o vivido”. Há assim, nas palavras de Nora, “uma imensa promoção do imediato ao histórico e do vivido ao lendário” (NORA, 1995, p. 184)

Ao tratar a privatização da Telebrás, portanto, acreditamos que os jornais significam os fatos como históricos no momento mesmo de sua construção como notícia, buscando institucionalizar o sentido para a privatização. Desta forma, o fato de ter sentido histórico se torna um argumento em prol da privatização na imprensa. Nas seqüências abaixo, podemos ter uma dimensão da elevação da privatização à posição de destaque, portanto, memorável:

(1) **A mais importante das privatizações no âmbito federal, a da Telebrás, empresa-líder do mercado acionário, deverá ocorrer num ambiente menos favorável do que era esperado.** A data do leilão está marcada para 29 de julho e, agora, o governo está fixando o preço mínimo das ações de controle, relativas à sua participação de 18,6% no capital da companhia. Os fatores que parecem toldar a conjuntura são de natureza política e econômica. Não é possível, simplesmente, ignorá-los. As autoridades têm de definir o preço justo para as ações por maiores que sejam as dificuldades da tarefa e esperar, no mês que vem, pela resposta do mercado. Elas têm todas as condições para desempenhar satisfatoriamente sua tarefa e promover mais uma privatização, sabendo que o êxito do processo é muito importante para as avaliações sobre o Brasil e para as contas públicas do País.

O fato de as circunstâncias políticas serem desfavoráveis, hoje, não significa que elas continuarão necessariamente desfavoráveis no dia do leilão. As pesquisas eleitorais mostram o crescimento da oposição, mas não há qualquer certeza de que a situação se repita no fim de julho. (O LEILÃO..., 1998, p. A3).

(2) **Quase na véspera da privatização mais importante e complexa já feita no Brasil, é auspicioso que os sinais sejam positivos.** Foram nada menos que 76 os grupos que se apresentaram como interessados, em princípio, no leilão da Telebrás.

O elevado número de pretendentes obviamente favorece a maximização de preço. Amplia também o leque de opções na formação de consórcios. Ou seja, tendem a subir tanto o preço obtido pelo governo quanto a qualidade dos grupos envolvidos. (TELEBRÁS..., 1998, p. 1-2)

(3) RIO – Depois de uma véspera conturbada, com uma guerrilha jurídica que punha em risco a **última grande privatização do País**, a Telebrás foi vendida de forma surpreendente. **O maior leilão já realizado no Brasil, segundo do mundo no setor das telecomunicações**, proporcionou ao governo ontem receita de R\$ 22,057 bilhões, um ágio espetacular, muito acima de qualquer projeção, mesmo as oficiais, de 63,74%.. (SCHOLZ, C. e AGUIAR, I. D., 1998, p. B1)

(4) As 12 empresas do Sistema Telebrás foram privatizadas ontem pelo governo brasileiro por R\$ 22,058 bilhões. O ágio médio alcançado em quatro horas e quatro minutos de leilão na Bolsa do Rio foi de 63,74%, muito superior aos 17% esperados pelo governo.

O valor arrecadado é o maior da história do programa de privatizações do Brasil, iniciado em 1991. Os grupos estrangeiros, principalmente espanhóis e portugueses, dominaram a disputa. Das 12 empresas, 4 foram arrematadas por consórcios de capital externo. Em outras 6, houve associação entre capital nacional e estrangeiro. Só 2 telefônicas foram compradas por grupos exclusivamente nacionais.

Sozinhos, os consórcios estrangeiros investiram R\$ 8,026 bilhões, mais que o dobro do total pago pelas empresas compradas exclusivamente por grupos nacionais (R\$ 3,874 bilhões). Associados, capital externo e nacional investiram mais R\$ 10,157 bilhões. (PRIVATIZAÇÃO..., 1998, p. 1-7).

Nessas sequências, a privatização da Telebrás é alçada a um ponto de destaque, marcado pelo uso dos superlativos: “a mais importante das privatizações no âmbito federal” (1), “Quase na véspera da privatização mais importante e complexa já feita no Brasil” (2) e “O maior leilão já realizado no Brasil” (3). O resultado do leilão também é marcado em sua importância pelo uso do superlativo: “O valor arrecadado é o maior da história do programa de privatizações do Brasil, iniciado em 1991” (4). O primeiro efeito de sentido que podemos depreender é justamente a inscrição jornalística deste acontecimento na história. Elevá-lo a uma posição de destaque determina esta inscrição, sua importância, e o faz memorável, num movimento de construção desta memória. Dessa forma, busca-se institucionalizar um sentido para a privatização, numa história constituída pela imprensa, destacando-o entre os eventos cotidianos e entre as demais privatizações realizadas, como pode ser observado em todas as sequências. Podemos ainda pensar que ocorre aqui o tratamento do fato como se ele tivesse sentido em si, apagando-se o gesto interpretativo que destaca o acontecimento.

Não estamos falando de uma venda qualquer, mas sim de uma privatização, tema que entrou para o noticiário econômico, mas também de uma privatização que atinge importância internacional, interpretação presente no aposto “o segundo do mundo no setor das telecomunicações” (3), e definida como “última grande privatização do País” (3). Por ser um evento “importante em si”, tem-se ainda o efeito de justificação da própria

cobertura, que visa informar e mostrar o que é relevante, apagando neste movimento os processos de seleção, hierarquização e atribuição de valores aos eventos noticiados.

3. A fundação de uma nova era

A inserção da privatização na história narrada pela imprensa constrói uma referência e estabiliza uma memória para a privatização da Telebrás. O fato de aceitar que a privatização tem um lugar na história é já estar num efeito de discurso, porque há uma história da constituição e institucionalização deste sentido do qual a imprensa faz parte. Há, portanto, nesse discurso, a necessidade de constituir a privatização como um lugar para concentrar os sentidos de mudança e transformação econômica pela definição de uma história já legitimada pela imprensa. Assim, confere-se um sentido para a privatização, a partir da instauração de limites para sua significação, que se situa num eixo de “mudança para melhor” – de um pré-construído² de modernização e desenvolvimento - e ao mesmo tempo justifica-se sua necessidade na atualidade. (**Figura 1**).



² O termo pré-construído, segundo a formulação de Henry (PÊCHEUX 1997, p. 99), designa “o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado. Trata-se, em suma, do efeito discursivo ligado ao encaixe sintático.”

Figura 1

Dessa forma, a imprensa insere seu discurso no domínio da verdade, instaurando uma ordem que exclui outras interpretações. Esse discurso “verdadeiro” é assim considerado porque a imprensa é autorizada socialmente a produzi-los e, para tanto, coloca-se na posição de testemunha e de quem tem acesso à informação, produzindo um efeito imaginário de exterioridade em relação ao acontecimento. A imprensa constitui-se, portanto, como elemento de instauração de um discurso, por colocar-se na posição de narrar os acontecimentos, ao mesmo tempo negando sua inscrição nesta história, que se produziria por si. No texto abaixo, podemos ter a dimensão deste funcionamento:

(5) Hoje, na Bolsa do Rio, ocorrerá um marco histórico no processo de transformações que vive a economia brasileira: o leilão de desestatização das empresas federais de telecomunicações. Concluímos hoje uma reforma estrutural no setor: o Estado brasileiro passará de empresário a regulador.

Este leilão significa uma reforma e uma transformação não só na economia, mas na vida dos cidadãos brasileiros. Em especial na vida dos mais pobres.

O Brasil foi, até há pouco tempo, uma das poucas nações do mundo em que telefone era artigo de luxo: custava o mesmo que um carro popular nos EUA ou na Europa. É espantoso: há três anos, em cada grupo de cem pessoas apenas nove tinham telefone, enquanto em cada grupo de cem residências 24 tinham videocassete e 23 tinham automóvel... Índice pior que nove telefones por cem habitantes só existe nos países mais atrasados do Terceiro Mundo.

De quem são esses poucos telefones existentes no Brasil? Aqui os números tornam-se ainda mais perversos: as classes A e B detêm 81% das linhas. Na verdade, os ricos e a classe média, segundo dados da Anatel, detêm 98% dos telefones do País. Ou seja no limiar do século 21, os pobres praticamente não têm telefone no Brasil.

Isso é a consequência de quase 30 anos de monopólio estatal e de estagnação nos investimentos em telecomunicações. Nos anos recentes esses índices vêm melhorando muito, porque o governo Fernando Henrique Cardoso, cumprindo seus compromissos de modernizar o País e melhorar a vida das pessoas, voltou a investir no setor. Mas ainda são dramáticos, devido à enormidade da demanda.

Só 2% das propriedades rurais têm telefone. Há 17 milhões de pessoas na fila do telefone fixo e 7 milhões na fila do celular. A fila de espera da Telerj, no Rio, já está em mais de 1,5 milhão.

É esse quadro que passará por uma verdadeira revolução a partir de hoje, com a desestatização. Na verdade, o leilão é o coroamento de um longo e cuidadoso processo de transformações que começou em 1995 com a emenda constitucional que possibilitou a exploração de serviços de telecomunicações por empresas privadas; continuou em 1996, com a aprovação da “lei mínima”, que tornou viáveis as licitações para exploração da “banda B” de telefonia celular, e prosseguiu em 1997, com a aprovação da Lei Geral de Telecomunicações, a qual, cumprindo o mandamento constitucional, criou o órgão regulador, a Anatel.

Naquela primeira etapa, de definição do novo arcabouço institucional, todas as discussões foram realizadas no Congresso Nacional – fórum que é a representação por excelência da sociedade brasileira. Foram praticamente dois anos e meio de debates abertos, nas comissões especialmente constituídas para tratar do tema, tanto na Câmara quanto no Senado.

A etapa seguinte foi a implementação do modelo aprovado pelo Poder Legislativo e consagrado na Lei Geral. De um lado, tratou-se de constituir a Anatel e de detalhar os pilares fundamentais da reestruturação

setorial: a competição e a universalização na prestação dos serviços. A Anatel submeteu à consulta pública o plano geral de outorgas (que estabelece, entre outras definições, a divisão do País em regiões para exploração do serviço, de acordo com o que dispõe a Lei Geral) e o plano geral de metas de universalização. Após a consulta pública, os dois documentos foram transformados em lei por decreto presidencial.

Paralelamente, o governo vinha preparando a reestruturação e a desestatização das empresas Telebrás, de modo que o resultado fosse compatível com o plano geral de outorgas, como determina a Lei Geral. Para isso foram contratados consultores especializados e foram desenvolvidos os trabalhos de reestruturação societária e de avaliação econômica das empresas. Separaram-se as operações de telefonia fixa e de celulares. Esse modelo de reestruturação e desestatização foi também submetido pelo Ministério das Comunicações e consulta pública e depois aprovado igualmente por decreto do presidente da República. Com isso fez-se a divisão da Telebrás, para que as ações de propriedade da União pudessem ser vendidas da forma mais transparente, sem causar prejuízos aos milhões de acionistas minoritários da companhia. Garantiu-se, ainda, o cumprimento dos objetivos de competição e universalização, buscando-se ampliar ao máximo o montante de recursos a serem obtidos pela União com a venda da participação que tem nas empresas Telebrás.

Esse trabalho foi desenvolvido por consultores de renome mundial e contou com a supervisão dos maiores especialistas em privatização (os técnicos do BNDES) e em telecomunicações (os técnicos da Telebrás, da Anatel e do Ministério das Comunicações). Como determina a lei, o processo foi e vem sendo acompanhado, em cada uma de suas etapas, pelo Tribunal de Contas da União. E informações detalhadas sobre seus diversos aspectos foram fornecidas sempre, a cada passo do processo, ao Congresso Nacional.

A venda dos cerca de 19% de participação que a União tem nas empresas Telebrás não será, entretanto, o fim desse longo e cuidadoso processo.

Depois dela, a Anatel fará a licitação para outorgar concessões de serviços a novas empresas – as chamadas espelhos – que vão competir com as que agora serão privatizadas. E a Anatel terá um trabalho intenso pela frente, para garantir que a competição seja justa e resulte em proveito do consumidor; e para que as metas de universalização sejam cumpridas, garantindo que o acesso aos serviços de telecomunicações seja levado ao conjunto da sociedade brasileira, beneficiando assim os pobres.

Com a probidade e o rigor técnico na condução da questão, e a transparência na execução – características do processo definidas e praticadas desde o seu início pelo tão saudoso Sérgio Motta, que vêm sendo mantidas –, a reestruturação do nosso setor de telecomunicações recebeu elogios tanto no Brasil quanto no mundo inteiro. E obteve a aprovação unânime dos ministros do Tribunal de Contas da União em decisão tomada antontem na qual esta corte emitiu um voto de louvor ao BNDES pela correção e lisura com que montou toda a operação.

Hoje começa, na prática, uma revolução nas telecomunicações. Uma empresa especializada em recrutamento de pessoal previu, dias atrás, que em seis meses serão criados cerca de 100 mil empregos diretos no setor, só nas áreas de vendas e atendimento à população. O BNDES estima que serão criados 1,5 milhão de postos de trabalho nos próximos anos. A associação que agrupa as indústrias do setor eletrônico calcula que haverá investimentos de R\$ 67 bilhões até 2003 na compra de novos equipamentos. Esses são alguns dos muitos exemplos das mudanças que acontecerão. De acordo com as exigências da Anatel, brevemente, em todas as localidades com mais de mil habitantes, quem pedir uma linha telefônica a receberá em no máximo um mês. Depois de 2004 esse prazo será de apenas uma semana. A empresa que comprar a Telerj terá de instalar só no primeiro ano 1,1 milhão de telefones fixos no Estado do Rio.

O Brasil, que tinha no ano passado 15 milhões de linhas, terá de ter 25 milhões no ano que vem.

Essas mudanças eram inimagináveis há poucos anos. Mas, como já se afirmou, atualmente o mundo anda tão depressa que alguém que diz que uma coisa não pode ser feita pode ser interrompido por alguém que já a está fazendo. Toda essa revolução foi feita no período de quatro anos de um só governo. **Ela agora se concretiza graças à determinação do ministro Sérgio Motta, que nos deixou esse legado e assim inscreveu seu nome como um dos heróis da História da modernização brasileira. Para mim, é motivo de grande orgulho ter recebido do presidente da República a honra de suceder Sérgio Motta e de completar essa verdadeira reforma estrutural na economia e na vida de nosso país – reforma que Sérgio Motta tanto buscou.**

Com a competição, os telefones e as tarifas serão cada vez mais baratos. Com a universalização do atendimento, os pobres poderão enfim ter telefone – e poderão escolher a empresa que os irá atender. O setor de telecomunicações deixará de ser excludente e passará a ser um provedor de serviços de boa qualidade para

todos os cidadãos – os das cidades mas também os do interior e os do campo; os que vivem nas áreas urbanas incluindo os das periferias; os que têm mais recursos mas também os mais pobres e os mais humildes. Assim são as grandes reformas: melhoram e transformam a economia e melhoram e transformam também a vida. (BARROS, L. C. M, 1998, p. B-8)

No dia da privatização, *O Estado de S. Paulo* publica o artigo (5) acima do ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, que comandava a pasta responsável por empreender as mudanças no setor. Temos então o ministro como porta-voz de um governo que defende as privatizações e cuja palavra vem ocupar o espaço opinativo no jornal, na segunda página do Caderno de Economia. A abertura de espaço editorial para o artigo que traz a palavra oficial sobre a privatização produz um efeito de adesão por parte do jornal a essa palavra, reforçado pela ilusão de um jornal como veículo de comunicação, de transmissão de informação e versões de várias fontes sobre os acontecimentos. O título do artigo – “Uma reforma profunda na economia e na vida” classifica a privatização como mudança na área econômica e ao mesmo tempo a aproxima da vida, do cidadão, demonstrando que o efeito a ser produzido na economia afeta os indivíduos.

No subtítulo “O leilão significa uma transformação no cotidiano dos cidadãos brasileiros. No limiar do século 21, os pobres praticamente não têm telefone no Brasil”, podemos observar a explicação para esta reforma, reescrita em “transformação”, que afeta os “cidadãos brasileiros”, sintagmas que inserem a reforma num campo político que ocorre num tempo histórico fixado como “limiar do século 21”, uma atualidade definida para a mudança, ou seja, há um vínculo deste discurso com uma época, na qual coexistem a transformação e a insuficiência nas telecomunicações. Notemos que “cidadãos brasileiros” nomeia os moradores do Brasil, indistintamente. Marca-se, porém, uma diferença entre cidadãos e “pobres”, os que “não têm telefone”, no efeito de distanciamento da categoria dos cidadãos. “Pobres”, como categoria de “classe socioeconômica” distancia-se da classificação política proposta em “cidadania”. Há uma relação tensa entre as duas, de pertencimento e exclusão, da qual o texto se apropria para significar o pobre fora do espaço da cidadania, silenciando os mecanismos sociais que produziram esta separação e que permitem sua significação discursiva.

A privatização, nomeada de “desestatização”, é considerada um “marco histórico no processo de transformações que vive a economia brasileira”. O acontecimento é assim transformado antes de sua ocorrência, em marco histórico, criando, portanto, um imaginário de reconhecimento histórico. O efeito é o de cristalização de um sentido, institucionalizando a privatização como ponto de inflexão da “história” das telecomunicações. A “reforma” é acompanhada do adjetivo “estrutural”. Não é assim uma mudança qualquer, é uma mudança que afeta as bases do Estado brasileiro, cuja função passa de “empresário a regulador” (“Concluimos uma reforma estrutural no setor: o Estado brasileiro passará de empresário a regulador”). Notemos que o “marco histórico” num primeiro momento é esta transformação: de empresário a regulador. No entanto, o texto aponta para um outro movimento, que é o de aproximar esta mudança do cidadão e do pobre, para que ela signifique no campo concreto e não apenas macroeconômico. E a pobreza é compreendida como ausência de consumo. São pobres os que não podem ter telefones. Esta relação é feita a partir de um discurso que se ancora na verdade dos números, em dados, que se constituem como prova do dizer, que não revela suas fontes e se baseia na voz da autoridade do ministro, como podemos observar na sequência:

“Este leilão significa uma reforma e uma transformação não só na economia, mas na vida dos cidadãos brasileiros. Em especial na vida dos mais pobres.

O Brasil foi, até há pouco tempo, uma das poucas nações do mundo em que telefone era artigo de luxo: custava o mesmo que um carro popular nos EUA ou na Europa. É espantoso: há três anos, em cada grupo de cem pessoas apenas nove tinham telefone, enquanto em cada grupo de cem residências 24 tinham videocassete e 23 tinham automóvel... Índice pior que nove telefones por cem habitantes só existe nos países mais atrasados do Terceiro Mundo.

De quem são esses poucos telefones existentes no Brasil? Aqui os números tornam-se ainda mais perversos: as classes A e B detêm 81% das linhas. Na verdade, os ricos e a classe média, segundo dados da Anatel, detêm 98% dos telefones do País. Ou seja no limiar do século 21, os pobres praticamente não têm telefone no Brasil.”

Isso é a consequência de quase 30 anos de monopólio estatal e de estagnação nos investimentos em telecomunicações. Nos anos recentes esses índices vêm melhorando muito, porque o governo Fernando Henrique Cardoso, cumprindo seus compromissos de modernizar o País e melhorar a vida das pessoas, voltou a investir no setor. Mas ainda são dramáticos, devido à enormidade da demanda.”

Notemos que o passado a que o texto se refere é recente, “até há pouco tempo”, “há três anos”, dêiticos temporais, que precisam também o tempo em que esta história começou a mudar. Propõe-se, portanto, uma ruptura em relação a este tempo, numa aliança com o

passado recente que significa o tempo da mudança. Esse passado não se configura mais no presente no qual se ancora o discurso. Esse presente rompe com o passado em que “o telefone era artigo de luxo. O movimento desse discurso é aproximar essa falta e também a pobreza de um modelo de concentração, em que “classes A e B”, parafraseadas como “ricos e classe média” detém 81% das linhas e 98% dos telefones. É necessário ancorar esse estado de coisas num passado, à época do regime militar em termos históricos, que se vincula a “monopólio estatal” e “estagnação nos investimentos em telecomunicações”. O ponto de ruptura com este passado, em termos políticos, é o governo Fernando Henrique Cardoso, que configura a mudança, associado a “modernizar o país” e “melhorar a vida das pessoas”, aspectos que se vinculam, sendo que a modernização é apresentada como causa da melhora da vida dos cidadãos. A conjunção “mas” vem direcionar o sentido para o outro pólo: o presente em que há “uma enormidade de demanda” (“Mas ainda são dramáticos, devido à enormidade da demanda”). Há aqui um jogo entre o esforço contínuo realizado, definido no gerúndio (“vem melhorando”), ainda insuficiente porque está no campo exclusivo do Estado, e a situação atual, de carência. O reconhecimento dessa carência faz com que o enunciador tenha um ethos³ de “sinceridade”, ou seja, ele reconhece a insuficiência dos esforços. Os dados apresentados vêm confirmar a verdade da afirmação sobre a carência de telefones: “Só 2% das propriedades rurais têm telefone. Há 17 milhões de pessoas na fila do celular. A fila de espera da Telerj, no Rio, já está em mais de 1,5 milhão.”.

O efeito da apresentação de argumentos e dados é o de um sujeito que assume um ethos de oniscência e de onipotência em suas explicações. O saber é um poder, que permite a construção de argumentos que justifiquem a privatização, ancorem as mudanças num período do governo que as promove e eleve a privatização ao marco desta mudança, que passa a ser nomeada de “revolução”, numa progressão que intensifica as nomeações anteriores (“reforma”, “transformação”, “mudança”), o que demonstra o esforço de tornar a desestatização um processo memorável. O movimento do discurso é de primeiramente vincular o quadro atual à necessidade de uma transformação. O pronome demonstrativo

³ O ethos corresponde à imagem de si que o enunciador constrói em seu discurso para produzir efeitos no seu auditório. Segundo Maingueneau (1997, p. 45), esses efeitos são impostos pela formação discursiva ao sujeito que ocupa um lugar de enunciação.

“esse” refere-se ao estado geral de insuficiência, que “passará por uma revolução”. (“É esse quadro que passará por uma verdadeira revolução a partir de hoje, com a desestatização’). “Revolução” é um processo que incide sobre o quadro insatisfatório e em seguida sobre o próprio setor de comunicações, num duplo movimento de mudança: o primeiro que altera o estado de insuficiência e o segundo que muda o próprio setor de telecomunicações. Para mudar o quadro anterior, fruto do passado, é necessário assim uma revolução no próprio setor, marcada pelo advérbio “hoje”, que estabelece o dia da privatização e anuncia a nova era, a de um futuro de bem-estar, que só pode ser instaurado discursivamente após a aceitação desta atualidade do processo de privatização. Este processo, portanto, vem a homogeneizar os sentidos para a privatização estabelecendo uma interpretação num efeito de leitura que visa instaurar uma memória.

E, como o sujeito assume a posição de quem detém a verdade, o poder de inscrever a sua versão da história e de apontar personagens que podem ser tratados como heróis, ele atribui o sentido do heroísmo ao seu antecessor (Sérgio Motta) colocando-se na linha de continuidade de um governo que promove a “revolução”. Essa avaliação feita pelo sujeito, porém, é ocultada pela atribuição do ato de inscrever-se na história (em letra maiúscula) ao ministro anterior: “que nos deixou esse legado e assim inscreveu seu nome como um dos heróis da História da modernização brasileira”. Nesse sentido, o discurso do ministro também constrói a história, tornando os fatos memoráveis como obra do governo do qual faz parte.

Esse gesto de elevação da privatização à fundação de um novo tempo, promovido a partir da instância governamental e publicada no jornal encontra ecos no discurso produzido pela imprensa, constituindo uma organização desta memória e produzindo o efeito de apologia da privatização, como também podemos observar em (6) e (7).

(6) **O êxito do leilão do Sistema Telebrás, com ágio surpreendente, é um marco na economia nacional. Representou o rompimento de uma barreira e abrirá novo espaço no mercado financeiro internacional hoje estagnado, para atrair não recursos externos especulativos, mas investimentos que serão feitos diretamente na expansão do sistema de telecomunicação, para atender à demanda reprimida, modernizar a telecomunicação dinossáurica e criar pelo menos mais 30 mil empregos. As empresas – estrangeiras ou nacionais – que ganharam as concorrências vão pagar US\$ 22 bilhões, dos quais 40%, ou seja, US\$ 8,8 bilhões, entrarão nos cofres do governo imediatamente. Isso representa 8% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. E é só o começo.**

A essa altura, em cima do fim do leilão, não é possível ainda saber exatamente qual será a participação estrangeira nas associações com as empresas nacionais. Estimando-se que ela fique em pelo menos 50%. **Teremos um ingresso imediato de US\$ 4,4 bilhões. Isso não é nada, porém. É apenas um aspecto, diríamos até mesmo menor, dos resultados da privatização da Telebrás, que tardou tanto, mas acabou acontecendo com grande sucesso no findar do século.**

Os US\$ 22 bilhões pagos pela compra das empresas serão complementados com investimentos anuais de US\$ 12 bilhões nos próximos três anos, que serão feitos na expansão do sistema, hoje em frangalhos, para atender à demanda contida estimada em mais de 17 milhões de telefones, fixos e celulares. É sempre oportuno lembrar que essa demanda, estimada em 17 milhões, é elástica, cresce com a redução do custo do telefone. Calculada em mais de 17 milhões de telefones, fixos e celulares. A previsão é de que o número de linhas fixas passará dos atuais 17 milhões para 40 milhões, em três anos, até 2001. Mesmo assim, estarão sendo atendidos apenas 25% da população (hoje atende-se a exíguos 11%). Há, portanto, um enorme espaço para crescer, o que pode tornar rapidamente superadas as previsões atuais de investimentos, já elevadas para os padrões brasileiros.

Um outro aspecto importante e pouco desatado da privatização é a abertura que ela irá proporcionar a novas captações no exterior, sistemática hoje abalada pela crise asiática por seu desdobramento na Rússia. Não estamos falando só dos US\$ 22 bilhões que as empresas vencedoras estão pagando para investirem em um setor dominado pelo Estado, mas dos US\$ 36 bilhões, ou mais, que serão investidos nos próximos três anos. De onde virá esse dinheiro, agora de responsabilidade do setor privado ou de empresas estrangeiras? Os recursos entrarão no País como investimentos diretos, mas serão captados pelas empresas estrangeiras ou nacionais que a elas se associaram, em princípio, de três formas: 1. via bolsa; 2. via mercado interno nos países de origem; 3. via mercado financeiro internacional, com lançamentos de títulos. As empresas estrangeiras têm recursos próprios para cobrir os lances feitos ontem, mas certamente irão buscar mais, no mercado externo. Pagarão um juro menor que qualquer companhia nacional, pois, o risco Brasil será em grande parte contrabalançado pelo peso de uma Telefônica de Espanha ou de uma MCI, por exemplo, para citar apenas algumas das muitas que venceram a concorrência. De qualquer forma, esses “empréstimos” feitos pelas companhias estrangeiras entrarão no Brasil sob a forma de investimento direto, não sobrecarregando nosso passivo externo. E as empresas nacionais associadas? Aqui, o fato novo. Abre-se, agora, para elas espaço em um mercado praticamente estagnado. Essas empresas poderão usar uma parte do financiamento oferecido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, mas provavelmente irão preferir captar no exterior dinheiro mais barato, pagando juros menores que os 25% do mercado interno. Nessas operações elas poderão obter taxas mais baixas que as vigentes, hoje, para os papéis brasileiros, quer pela sua associação às multinacionais de grande porte, quer pela qualidade do investimento a ser feito em um setor, o de telecomunicação, de imensa demanda imediata, que garante retornos seguros, alguns de curtíssimo prazo. **A privatização irá dinamizar não só a economia, mas reativar um mercado estagnado depois da crise asiática, ainda em curso. E o desemprego contra o qual as corporações e a oposição foram às ruas?**

Poderá haver remanejamento, sim, mas não desemprego efetivo. **Estudos mais sérios estimam que só na telefonia fixa serão criados mais 30 mil empregos nos próximos três anos, por causa do investimento de pelo menos US\$ 36 bilhões. Não se trata de dinheiro que ficará obtendo lucros no mercado financeiro, como dizem os que se opõem à privatização, mas investimentos em fábricas de equipamentos, obras, extensão de linhas, contratação de gente para a promoção e venda de telefones e construção, que irão inelutavelmente criar novos empregos. Quem disser o contrário ou não entende nada ou está agindo de má-fé. Não estamos falando de mais 40 milhões de telefones, senhores, mas de mais 30 mil empregos em alguns anos.** (TAMER, A., 1998, p. B-18).

(7) O leilão de privatização das telecomunicações foi um sucesso que surpreendeu até mesmo os mais otimistas. Foi vencida a batalha jurídica, foi superado o temor de que os preços fossem baixos, foi confirmado o enorme interesse do capital estrangeiro no aumento de sua presença na economia brasileira. Para a sociedade, a expectativa agora se volta para a melhoria na qualidade e o aumento na quantidade da oferta de serviços. As punições previstas para as empresas concessionárias que não cumprirem as metas de universalização de serviços, por exemplo, chegam a R\$ 50 milhões e incluem ainda a intervenção

e a perda da concessão. O desafio maior será passar dos atuais 17,5 milhões de telefones fixos para 33 milhões em pouco mais de três anos.

Há alguns indícios de que esse início surpreendente da privatização contribuirá para a execução dessas metas. Não prosperaram as tentativas de bloquear a venda no Judiciário, o que levou o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, a declarar até que esse Poder amadureceu desde a memorável guerra de liminares por ocasião da privatização da Cia. Vale do Rio Doce. O elogio é bastante revelador das ansiedades e temores oficiais, que, felizmente, foram afinal desmentidos pelos fatos. Os valores obtidos na venda das teles foram outro motivo de surpresa. O sistema foi vendido por R\$ 22,058 bilhões, um ágio de 63,74% em relação ao preço mínimo.

A presença do capital estrangeiro também é impressionante. Garante, pela diversidade das empresas e da origem do capital, um alívio nas contas externas. O BNDES financia a privatização, mas há também dinheiro novo, de fontes diferenciadas.

A perspectiva de uma competição continuada no setor, aliás, é uma demonstração de acerto do modelo de fragmentação do Sistema Telebrás. O resultado mais importante, entretanto, talvez seja a confirmação do Brasil no mapa das decisões de investimento das mais importantes corporações globais da atualidade. (AS TELES..., 1998, p. 1-2)

No artigo “Leilão da Telebrás abre novo espaço para captar dinheiro e criar emprego” (57), publicado no dia 30/7/1998 em *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Alberto Tamer comenta os efeitos da privatização. Notemos que o título já insere o leitor em um espaço de discurso em que se considera que o leilão define uma nova etapa, um pré-construído nesse discurso. Notemos ainda que *leilão* vem significar privatização. É a partir do leilão que se pode falar em captação de dinheiro e criação de empregos, fatos que se vinculam nesta formação, que admite a privatização como marco simbólico, portanto como fundadora do novo. Seu sucesso deve assim ser inserido nesta lógica que prevê uma articulação com os impactos econômicos:

“O êxito do leilão do Sistema Telebrás, com ágio surpreendente, é um marco na economia nacional. Representou o rompimento de uma barreira e abrirá novo espaço no mercado financeiro internacional hoje estagnado, para atrair não recursos externos especulativos, mas investimentos que serão feitos diretamente na expansão do sistema de telecomunicação, para atender à demanda reprimida, modernizar a telecomunicação dinossáurica e criar pelo menos mais 30 mil empregos. As empresas – estrangeiras ou nacionais – que ganharam as concorrências vão pagar US\$ 22 bilhões, dos quais 40%, ou seja, US\$ 8,8 bilhões, entrarão nos cofres do governo imediatamente. Isso representa 8% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. E é só o começo.”

Assim, ele “representa o rompimento de uma barreira”, que tem como efeito atrair investimentos, “atender à demanda reprimida” e “modernizar as telecomunicações”, classificada como “dinossáurica” e criar empregos, numa construção de visão de um passado que não produziu efeitos satisfatórios. Dessa forma, relacionam-se os resultados ao

marco simbólico da privatização. Isso significa que há um imaginário que se forma relacionado ao evento da privatização assentado numa referencialidade que se constrói a partir do discurso econômico, sujeito a provas de verdade quantitativas.

Esse marco simbólico, portanto, organiza sentidos positivos em seus efeitos, ainda que muitos deles se localizem no futuro e não haja resultados imediatos. É necessário, portanto, atrair este futuro para a privatização, já efetuada. Considerá-la, portanto, como marco é reafirmar seu sucesso no presente e no futuro, desvalorizando um passado insatisfatório, que gerou “demanda contida”. O efeito é de um futuro que está em continuidade com o marco da privatização. Dessa forma, temos a marca dessa continuidade em enunciados que se constituem como conseqüência do espaço criado pela privatização como:

“A privatização irá dinamizar não só a economia, mas reativar um mercado estagnado depois da crise asiática, ainda em curso.”

“um outro aspecto importante e pouco destacado da privatização é a abertura que ela irá proporcionar a novas captações no exterior, sistemática hoje abalada pela crise asiática por seu desdobramento na Rússia.”

“Teremos um ingresso imediato de US\$ 4,4 bilhões. Isso não é nada, porém. É apenas um aspecto, diríamos até mesmo menor, dos resultados da privatização da Telebrás, que tardou tanto, mas acabou acontecendo com grande sucesso no findar do século.”

É também necessário afirmar-se perante outros discursos que contestam o sucesso da privatização, que a negaria como símbolo desta nova era. Esses discursos, tomados em sua generalidade, são refutados e representados como inconsistentes, tendo seu lugar enunciativo determinado como “oposição” e “corporações”, tal como ocorre no trecho: “E o desemprego contra o qual as corporações e a oposição foram às ruas?”. Há uma linha divisória que se forma entre os que são a favor, que estão na mesma linha de continuidade da privatização como lugar de fundação do novo, e os que são contrários, desclassificados no seu dizer, na representação que se faz do seu discurso, ou seja, forma-se um simulacro da posição do outro⁴. A inconsistência das formações de oposição que se definem pela polêmica é apresentada pelo sintagma “estudos mais sérios”, que se opõe, portanto, à

⁴ Maingueneau (2005) considera que os discursos traduzem em suas categorias os enunciados do Outro, construindo simulacros desses enunciados.

existência de “estudos menos sérios”, implicado na afirmação. Há assim uma divisão entre quem diz o contrário, classificado como quem “não entende” ou “age de má fé” e aqueles que aceitam a proposta explicativa, que vincula a privatização a um cenário positivo (“Quem disser o contrário ou não entende nada ou está agindo de má-fé. Não estamos falando de mais 40 milhões de telefones, senhores, mas de mais 30 mil empregos em alguns anos.”). Esses estudos – os mais sérios - servem assim de justificativa tanto para mostrar que a privatização é um marco como também de que há uma verdade que pode ser demonstrada, que gera os resultados descritos e projetados no futuro, que ocorrerá (“inelutavelmente”) com certeza, como podemos observar no recorte abaixo:

“Não se trata de dinheiro que ficará obtendo lucros no mercado financeiro, como dizem os que se opõem à privatização, mas investimentos em fábricas de equipamentos, obras, extensão de linhas, contratação de gente para a promoção e venda de telefones e construção, que irão inelutavelmente, criar novos empregos.”

No editorial *As teles depois do leilão* (7), publicado na *Folha de S. Paulo*, observemos que a privatização configura-se como tema e ponto determinado a partir do qual se pode falar em melhoras para a sociedade: “a expectativa agora se volta para a melhoria na qualidade e o aumento na quantidade da oferta de serviços”. Isso significa que a compreensão proposta pelo editorial vincula os resultados esperados à privatização recém-realizada, estabelecendo neste evento memorável o marco para as mudanças esperadas. Afirma-se o sucesso também pelo “enorme interesse do capital estrangeiro e no aumento de sua presença na economia brasileira”:

“O leilão de privatização das telecomunicações foi um sucesso que surpreendeu até mesmo os mais otimistas. Foi vencida a batalha jurídica, foi superado o temor de que os preços fossem baixos, foi confirmado o enorme interesse do capital estrangeiro no aumento de sua presença na economia brasileira. Para a sociedade, a expectativa agora se volta para a melhoria na qualidade e o aumento na quantidade da oferta de serviços”.

O aspecto inusitado do fato demonstrado pelos verbos *surpreender*, em sua forma passada, “surpreendeu” (“O leilão de privatização das telecomunicações foi um sucesso que surpreendeu até mesmo os mais otimistas”) – e pelos adjetivos “surpreendente” (“Há

alguns indícios de que esse início surpreendente da privatização contribuirá para a execução dessas metas”) e “impressionante” (“A presença do capital estrangeiro também é impressionante”) e pelo substantivo “surpresa” (“Os valores obtidos na venda das teles foram outro motivo de surpresa”) vem inserir o acontecimento num discurso que o qualifica como positivo, até mais do que o esperado. Busca-se nos fatos, numa realidade observada pelo sujeito, o argumento para construir o discurso de que a privatização traz mudanças: “há alguns indícios de que esse início surpreendente da privatização contribuirá para a execução dessas metas”, entre eles o fato de as ações na Justiça contra o leilão não terem prosperado. Joga-se ainda com o acerto do modelo de privatização proposto pelo governo – “a perspectiva de uma competição continuada do setor, aliás, é uma explicitação de acerto do modelo de fragmentação do Sistema Telebrás”. Há, dessa forma, a confirmação do “Brasil no mapa das decisões de investimentos das mais importantes corporações da atualidade”. Notemos, portanto, que há uma concentração de significados positivos em torno da privatização que permitem apontá-la como ponto de partida para o cumprimento de metas. Como consequência, o efeito é de uma tomada de posição pró-privatização. O advérbio “felizmente”, usado como comentário em relação ao fracasso de ações na Justiça, é uma explicitação desta adesão:

“Não prosperaram as tentativas de bloquear a venda no Judiciário, o que levou o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, a declarar até que esse Poder amadureceu desde a memorável guerra de liminares por ocasião da privatização da Cia. Vale do Rio Doce. O elogio é bastante revelador das ansiedades e temores oficiais, que, felizmente, foram afinal desmentidos pelos fatos”.

Há, como se pode notar, um recorte no interdiscurso em que se rejeitam outras formações possíveis a partir de uma prática discursiva que busca transformar em argumentos os fatos observados na privatização já realizada, marco para as mudanças.

4. A produção do sucesso

Nas sequências abaixo, podemos observar que o leilão da Telebrás é qualificado pela palavra “sucesso”, também presente em sequências anteriores. Consideramos que ocorre uma institucionalização de um sentido para a privatização, produzindo um consenso e o efeito de verdade a partir da repetição deste dizer, que, como apontamos acima, resulta no efeito de apologia deste acontecimento, sustentado pelo pré-construído de que o mercado dá conta melhor de necessidades sociais e econômicas do que o Estado, substituindo-o nestas atividades.

(8) **O ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, comemorou ontem o sucesso do leilão da Telebrás em tom de despedida.** Na última das três entrevistas coletivas que concedeu no decorrer do dia, ele fez um balanço de sua atuação nos últimos três anos na presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e no Ministério das Comunicações, onde foi responsável pela desestatização de um patrimônio público de cerca de R\$ 60 bilhões, entre estatais federais e estaduais. (LAVORATTI, L. E. e CRISTINO, V, 1998, p. B-4).

(9) **Foi um sucesso a venda das 12 empresas que resultaram da fusão e da posterior divisão das empresas que integravam o Sistema Telebrás. O preço mínimo de R\$ 13,47 bilhões fixado pelo Ministério das Comunicações e pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi superado já no primeiro bloco.**

Esses recursos não chegarão aos cofres do governo de uma só vez. Para concretizar as operações feitas ontem, os investidores terão de depositar à vista, até terça-feira, 40% do total dos lances oferecidos pelas operadoras arrematadas. O restante será pago em dois anos, o que permite que os compradores financiem seus investimentos. (SCHOLZ, C. e AGUIAR, I. D, 1998, p. B1).

(10) **O sucesso no leilão da Telebrás e a expectativa de redução na taxa básica de juros, a TBC, em reunião realizada ontem após o fechamento do mercado, trouxeram otimismo. A Bolsa de Valores de São Paulo subiu 2,17%, apesar da queda de 0,22% em Nova York. Os juros caíram e o real se fortaleceu.**

O otimismo chegou também ao mercado de títulos da dívida externa. O C-bond, papel brasileiro, teve sua cotação elevada para 76,40% do valor de face, contra 75,625% anteontem. Segundo analistas, a valorização só não foi maior por causa da queda na Bolsa de Nova York.

Após o sucesso da venda da Telebrás, os analistas apostavam que o governo poderia reduzir com mais força as taxas de juros. Antes do leilão, os mais otimistas acreditavam em um corte de no máximo 1,5 ponto percentual, de 21% ao ano para 19,5%, na TBC. Após a venda, alguns já esperavam um corte para 19%.

Com a venda da Telebrás, mais recursos externos vão entrar no país. Por isso, o governo não precisa se preocupar mais com atrair investimento especulativo externo com taxas de juros tão altas, argumentavam os analistas. (BOLSA..., 1998, p. 2-11).

(11) **A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em alta de 2,1%, ontem, em comemoração ao sucesso do leilão de privatização da Telebrás. As ações da Telebrás subiram 3,9%, fechando ao preço de R\$ 136,50 por lote de mil, o que dá um indicativo da valorização das empresas vendidas ao setor privado com o surpreendente ágio de 64% (preço final de R\$ 22 bilhões, ante um valor mínimo de R\$ 13,47 bilhões).** As ações das empresas desmembradas da Telebrás, que foram a leilão ontem, ainda aguardam registro da Comissão de Valores de Mobiliários (CVM) para ganhar vida própria no pregão.

Enquanto isso, continua valendo a negociação da Telebrás. A Telesp fixa foi vendida por R\$ 5,7 bilhões, com ágio de 64%, para um consórcio liderado pela Telefónica de España, alcançando o maior valor do leilão. A ação da Telesp fechou em alta de 4,1%, cotada a R\$ 300,00.

Os papéis de outras empresas que estão no cronograma de privatizações também fecharam em alta, por causa do êxito do processo de venda da Telebrás. (HORITA, N., 1998, p.B-14).

Este evento, desde seu aparecimento, portanto, como notícia recebe o enquadramento de algo bem-sucedido, que é motivo de comemoração, como podemos observar em (8-59): “O ministro das Comunicações. Luiz Carlos Mendonça de Barros, comemorou ontem o sucesso do leilão da Telebrás em tom de despedida”. O substantivo “sucesso” tomado em sua textualidade, no funcionamento que apresenta nas sequências, qualifica o próprio acontecimento da privatização, inserindo-o numa rede de significados estabelecidos no discurso da imprensa. Além de apontar para a valorização desse evento, também aponta para o estabelecimento de um eixo positivo para sua significação, representando assim mais um esforço de constituição de algo memorável, pelo alto valor do negócio da venda e pelos resultados produzidos na economia.

Observemos que em (9) “o sucesso” da venda é explicado pela superação do preço mínimo, argumento que é dado como suficiente para justificar a qualidade do que é bem-sucedido, ainda que os recursos não sejam obtidos imediatamente (“Esses recursos não chegarão aos cofres do governo de uma só vez”). O “sucesso” é assim não só a repercussão do que ocorreu, mas também resultado de uma avaliação feita pela instituição jornalística:

“Foi um sucesso a venda das 12 empresas que resultaram da fusão e da posterior divisão das empresas que integravam o Sistema Telebrás. O preço mínimo de R\$ 13,47 bilhões fixado pelo Ministério das Comunicações e pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi superado já no primeiro bloco.”

Em (10), “sucesso” integra o discurso, sendo uma das causas para “otimismo”, para a entrada de recursos externos e para a diminuição dos juros:

“O sucesso no leilão da Telebrás e a expectativa de redução na taxa básica de juros, a TBC, em reunião realizada ontem após o fechamento do mercado, trouxeram otimismo. A Bolsa de Valores de São Paulo subiu 2,17%, apesar da queda de 0,22% em Nova York. Os juros caíram e o real se fortaleceu.”

E:

Com a venda da Telebrás, mais recursos externos vão entrar no país. Por isso, o governo não precisa se preocupar mais com atrair investimento especulativo externo com taxas de juros tão altas, argumentavam os analistas.

Em (11), o fechamento em alta bolsa está diretamente relacionada ao “sucesso do leilão de privatização da Telebrás”. Afirma-se ainda que a alta na bolsa de valores seria resultado de “comemoração”. Esse sentido vai se assentar na descrição produzida dos casos de ações cujo valor se elevou – “As ações da Telebrás subiram 3,9% fechando ao preço de R\$ 136,50 por lote de mil”. O preço, apontado como indicativo da valorização das empresas, relaciona-se ao “ágio surpreendente” obtido na venda. Notemos que o adjetivo *surpreendente* é mais uma marca da avaliação feita pela instituição jornalística, que a insere no acontecimento em sua imanência, em sentidos que seriam passíveis de descrição e não de produção.

Interessa-nos compreender a produção desse sentido do “sucesso”, que se naturaliza progressivamente no discurso sobre a privatização, reafirmando a inscrição imaginária na “história” e tornando-se argumento para essa inscrição. Nesse universo de crenças produzido pela imprensa, o que é bem-sucedido merece ser valorizado e integrar esta organização discursiva. O primeiro ponto que consideramos é o fato de este discurso produzir seus efeitos de verdade a partir da circulação de enunciados que têm na consolidação da privatização como sucesso um ponto de apoio para construir explicações, como vimos acima. Esse efeito de verdade vem contribuir para o estabelecimento de um sentido hegemônico, que se inscreve nessa “história”.

O fato de os enunciados tomarem corpo num jornal condiciona um certo modo de apresentação no discurso, que integra o imaginário do jornal como lugar de credibilidade por ele se definir como “imparcial”, “objetivo” e “neutro”. Por essa razão, podemos pensar que, ao integrar o discurso do jornal como evento de sucesso, a privatização é interpretada no efeito leitor a partir do imaginário de credibilidade em que os jornais se assentam, promovendo o esquecimento desta valoração e a aceitação da ênfase conferida pela imprensa ao classificar a privatização como “sucesso”. Esse tom eufórico, portanto, ancora-se no ethos de credibilidade dos jornais.

Como explica Maingueneau (1997, p.45), esses efeitos são impostos ao sujeito pela formação discursiva. Nesta perspectiva, a formação discursiva confere “corporalidade” à figura do enunciador e também do destinatário, definindo esquemas para a formação de grupos de adeptos do discurso. Nesse sentido, é possível falar, segundo Maingueneau, em “eficácia do discurso”, em seu poder de promover a crença. O leitor teria acesso ao que é “dito” também por uma “maneira de dizer” enraizada numa “maneira de ser” (MAINGUENEAU, 1997, p. 49).

Também consideramos que a organização de sentidos proposta pela mídia corresponde a um esquema interpretativo do presente, numa ilusão de completude da informação e no apagamento dos procedimentos de seleção e construção da notícia. O que ocorre é uma ordenação cotidiana, que obedece a critérios de hierarquização e organização, que visa colocar ordem no caos da realidade (SERVA, 2002), ao mesmo tempo interpretá-la e propor ao leitor esta forma de leitura.

No funcionamento social, os jornais estão autorizados a produzir leituras da realidade que possam ser consideradas legítimas e produtoras de um universo de crenças constituidoras do discurso social. Instituem-se, assim, modelos de compreensão da realidade que visam explicar e desambigüizar o mundo (MARIANI, 1999, p. 112). É, portanto, nesse imaginário de credibilidade construído pelos jornais que interpretações do acontecimento da privatização como sucesso podem ser tomados como verdade, se naturalizarem no efeito de leitura. Compreendemos, portanto, o texto jornalístico como espaço material de produção discursiva e, desta forma, sujeito à ideologia. A verdade, nesta perspectiva, é uma das múltiplas versões dos fatos (BUCCI, 2004, p. 51). No entanto, esse imaginário se faz necessário para a manutenção da própria imprensa. Bucci afirma que a imprensa deve oferecer confiabilidade, necessária para a confirmação deste imaginário e também para a validação dos jornais na relação com seus leitores:

O relato jornalístico precisa guardar um mínimo de confiabilidade – um mínimo sem o qual a autoridade da imprensa estará perdida. Há, então, um pacto entre os órgãos de imprensa e seus consumidores-cidadãos segundo o qual esses órgãos são autorizados a contar o que se passa pelo planeta, no plano dos fatos e no plano das idéias, e segundo o qual aquilo que contam merece o crédito de verdade aproximada. E provisória. (BUCCI, 2004, p. 52).

Como explica Pêcheux (1997, p. 82), há lugares sociais representados na produção do discurso, que são transformados por uma série de formações imaginárias que designam estes lugares. Haveria, nesse esquema, regras de projeção que estabelecem relações entre situações e posições. O jornal ocuparia um lugar de produtor de informação e de notícias de credibilidade, corroborado pelas projeções imaginárias feitas pelos leitores. Dessa forma, seus enunciados podem circular como lugares de veiculação da verdade. Esse “sucesso”, verdade atribuída à privatização, poderia ser tomado então como efeito do interdiscurso⁵, de acordo com Pêcheux (1997).

Observaremos, por outro lado, que o interdiscurso *enquanto discurso-transverso* atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos *pelo interdiscurso enquanto pré-construído*, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita. Nesse sentido, pode-se bem dizer que o intradiscurso, enquanto “fio do discurso” do sujeito é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma “interioridade” inteiramente determinada como tal do “exterior”. E o caráter da forma-sujeito, com o idealismo espontâneo que ele encerra, consistirá precisamente em reverter a determinação: diremos que a forma-sujeito (pela qual o “sujeito do discurso” se identifica com a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, ela simula o *interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso aparece como o puro “já-dito” do intradiscurso, no qual ele se articula por “co-referência”. Parece-nos, nessas condições, que se pode caracterizar a forma-sujeito como realizando a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso: a unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura encontra aqui um de seus fundamentos. (PÊCHEUX, 1997, p. 167).

Em decorrência dessa formulação de Pêcheux, podemos situar o efeito de leitura da privatização como “sucesso” no jogo do esquecimento, que este autor denomina esquecimento número 2.⁶

Em seu percurso teórico, Foucault (2005) considera a formação das verdades científicas. Segundo este autor, há ao longo da história desde a Antiguidade um sistema de exclusão, entre verdadeiro e falso, em constante deslocamento, que alimenta a nossa vontade de saber e não pode ser dissociado de todo um sistema de instituições que as

⁵ Pêcheux (1997, p. 162) define o interdiscurso como o “todo complexo com dominante” das formações discursivas.

⁶ Segundo Pêcheux (1997, p. 173) define o esquecimento n. 2 é aquele “pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, fotmas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase.”

impõe e a reconduz. Foucault relaciona, assim, as descobertas científicas a esse sistema como sinal de nossa vontade de verdade, que adquire formas de acordo com o devir histórico. Nos séculos XVI e XVII, mostra Foucault, apareceu uma vontade de saber que determinou ao sujeito cognoscente um certo olhar, uma certa função, que prescrevia o nível dos conhecimentos técnico para que se tornassem úteis.

Esta vontade de verdade, explica Foucault, está apoiada em um suporte institucional, que inclui práticas de pedagogia, sistema de livros, sábios, edições, bibliotecas, sociedades de sábios e aqui podemos incluir o próprio jornalismo, mais modernamente. A vontade de verdade corresponde ao modo como o saber é aplicado na sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e atribuído. Foucault mostra que o verdadeiro depende, portanto, da obediência a certas regras, reativadas em cada discurso. Neste sentido, por analogia ao pensamento de Foucault, consideramos o jornalismo também com um sistema de produção de verdades. As práticas jornalísticas, portanto, desenvolvidas por instituições que lhes dão suporte alimentam-se da vontade de saber na sociedade e buscam ocupar o lugar de produção de uma verdade, apagando relações com o interdiscurso.

5. A metáfora de uma guerra

Há na imprensa um direcionamento e institucionalização dos sentidos propostos ao construir seu discurso seja ele referente ao futuro, à atualidade, seja ao passado. Esses processos interpretativos, apagados na leitura cotidiana, são organizados por deslocamentos operados no interdiscurso que se textualizam e tornam-se evidentes. Essa organização dos sentidos, institucionalizada pela imprensa, obedece a uma narratividade. Tomada como efeito, a narratividade permite a organização de uma “história coerente, sem falhas, com estruturação temporal, encadeamentos de causas e conseqüências, personagens e cenários explicativos” (MARIANI, 1998, p. 231). Pela narratividade, portanto, ocorre a ativação de um esquema de leitura. Orlandi (2003, p. 193) considera o processo de leitura como instaurador do espaço de discursividade, já que autor e leitor definem-se em suas condições

de produção. Desta forma, a instância jornalística ocupa o lugar de narrador de uma história, que se textualiza e se homogeneiza, produzindo efeitos de leitura que visam conter a polissemia.

No entanto, operam-se efeitos metafóricos que abrem a possibilidade de constituição de outros sentidos. Esses deslizamentos que ocorrem no processo metafórico constituem o sentido de “guerra” e o controle para esta formulação.

No tocante ao discurso sobre a privatização, observamos que há uma construção narrativa que visa imaginariamente estabelecer a privatização como marco simbólico na projeção histórica. Esse gesto, portanto, que define a narratividade sobre a privatização se vale de uma história de oposições, que é incorporada na fabulação jornalística, como uma história épica, de grandes feitos e de batalhas. Como alerta Mariani (1998, p. 104), porém, essa fabulação no discurso jornalístico é disciplinada pela linguagem que se pretende neutra. Observemos mais atentamente o quanto a metáfora da guerra direciona os sentidos para as oposições na história contada pela imprensa sobre a privatização. Neste aspecto, consideramos significativo valer-nos dos significados de definições presentes em dicionário para compreendermos o deslocamento operado dos sentidos “naturalizados” no discurso social para a operação metafórica proposta pela imprensa. Desta forma, no dicionário *Aurélio* (1986) definem-se:

Guerrilha - 1. luta armada travada por pequenos grupos constituídos irregularmente e que não obedece às normas das convenções internacionais. 2. Tropa indisciplinada

Batalha – 1. Ato essencial da guerra: conjunto de combates simultâneos ou sucessivos travados pelas diversas armas. 2. Qualquer combate ou luta. 3. Certo jogo de cartas para duas pessoas.

E tomemos como base para a análise as sequências abaixo:

(12) RIO – Depois de uma véspera conturbada, com uma **guerrilha jurídica que punha em risco a última grande privatização do País**, a Telebrás foi vendida de forma surpreendente. O maior leilão já realizado no Brasil, segundo do mundo no setor das telecomunicações, proporcionou ao governo ontem receita de R\$ 22,057 bilhões, um ágio espetacular, muito acima de qualquer projeção, mesmo as oficiais, de 63,74%. (SCHOLZ, C. e AGUIAR, I. D., 1998, p. B1).

(13) A privatização da Telebrás entrou em sua fase decisiva. Assim como ocorreu no processo de venda da Vale do Rio Doce, já está em curso uma **batalha jurídica, último recurso dos que resistem à privatização**. Uma liminar chegou a fechar os "data rooms" (salas de informações) do Sistema Telebrás, consultadas pelas empresas que se preparam para fazer lances no leilão da estatal. (TELES..., 1998, p. 1-2).

(14) Quase na véspera da privatização mais importante e complexa já feita no Brasil, é auspicioso que os sinais sejam positivos. Foram nada menos que 76 os grupos que se apresentaram como interessados, em princípio, no leilão da Telebrás. O elevado número de pretendentes obviamente favorece a maximização de preço. Amplia também o leque de opções na formação de consórcios. Ou seja, tendem a subir tanto o preço obtido pelo governo quanto a qualidade dos grupos envolvidos.

As autoridades preparam-se também para uma **guerrilha de liminares, uma batalha judicial semelhante à que foi vista na venda da Vale do Rio Doce**. Muitos advogados serão mobilizados, mas se espera, novamente, a confirmação da venda. (TELEBRÁS..., 1998, p. 1-2).

(15) O leilão de privatização das telecomunicações foi um sucesso que surpreendeu até mesmo os mais otimistas. **Foi vencida a batalha jurídica**, foi superado o temor de que os preços fossem baixos, foi confirmado o enorme interesse do capital estrangeiro no aumento de sua presença na economia brasileira. Para a sociedade, a expectativa agora se volta para a melhoria na qualidade e o aumento na quantidade da oferta de serviços (AS TELES..., 1998, p. 1-2).

(16) BRASÍLIA – **O sucesso do governo na batalha jurídica travada em torno da privatização do Sistema Telebrás foi fruto de um longo trabalho iniciado há vários meses**. “Antecipamos tudo o que era possível para criar o máximo de sustentação jurídica para este leilão”, afirmou ontem ao Estado o advogado-geral da União, Geraldo Quintão, após a venda das quatro estatais do primeiro bloco. Quintão acompanhou o leilão com o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, em Brasília, onde também estiveram os ministros da Educação, Paulo Renato, do Planejamento, Paulo Paiva, da Administração e Reforma do Estado, Cláudia Costin, além da viúva do ex-ministro Sérgio Motta, Wilma Motta. (LAVORATTI, L. E., 1998, p. B4)

Nessas sequências, podemos observar a ocorrência de “guerrilha”(12), (14) e “batalha” (13), (14), (15), (16), que vêm acompanhados dos adjetivos “jurídica” (12), (13), (15), (16), “judicial” (14) ou do complemento nominal “de liminares” (14). Nossa primeira consideração refere-se ao fato de que há uma operação de deslocamento destes sintagmas do campo semântico da guerra para o da justiça, expresso pelo adjetivo e o complemento. Essa migração, porém, deve ser compreendida no movimento do sujeito e não na fixação em um campo de significados. Por essa razão, é possível dizer que há um jogo entre dois campos de discurso – o da guerra e o jurídico - que gera o efeito de sentido de uma nomeação de um processo jurídico, aceitável na sociedade democrática. No entanto, pelo deslocamento operado, considera-se que esses processos judiciais são disputas que se podem classificar como “batalha” ou “guerrilha”. Esses sentidos tornam-se evidentes, mas como alertam Pêcheux e Fuchs (1997) e Orlandi (2002, p. 46), as palavras recebem sentidos de formações discursivas em suas relações e são determinadas pelo interdiscurso.

Consideramos assim que esta nomeação de ações jurídicas contra privatização instaura um efeito metafórico (PÊCHEUX, 1997, p. 96 e ORLANDI, 2002 p. 78), lugar de produção da interpretação e, conseqüentemente, da ideologia. Como explica Orlandi (2002, p. 79), a metáfora constitui sentido e sujeito. Nesse processo, seria sempre possível termos outros sentidos.

Dessa forma, a nomeação como guerrilha ecoa seu sentido bélico, de “luta armada travada por pequenos grupos constituídos irregularmente e que não obedece às normas das convenções internacionais”. Há, nestes casos, um tom exagerado na classificação do que ocorre. Como explica Maingueneau (1997, p. 46), o que é dito e o tom com que é dito são inseparáveis. Assim, este sentido dicionarizado – o da guerra - vem compor o sentido proposto pelos jornais, porque se mantém no efeito leitor a memória desta outra formação. O mesmo ocorre com “batalha”, que em seu sentido de dicionário significa: “Ato essencial da guerra: conjunto de combates simultâneos ou sucessivos travados pelas diversas armas. 2. Qualquer combate ou luta.” Podemos dizer que “guerrilha” e “batalha” ativam um esquema de leitura que configura a oposição à privatização na posição de ataque e como não-democrática. O efeito é o de direcionar, porém, a leitura para os sintagmas guerra e não para seus qualificativos (“jurídica”/“judicial”). Por ser uma interpretação, institucionalizada nos jornais, o uso destas palavras tem força argumentativa, a partir de um lugar de quem condena estes “ataques” e os classifica, portanto como “guerrilha” ou “batalha”. Mas não é apenas nestes termos que se esgota a tomada de posição dos jornais, que faz da oposição a representação do atacante. Há ainda que se observar a explicação dada nos arranjos sintáticos propostos.

Em (12), por exemplo, a oração adjetiva restritiva “que punha em risco a última grande privatização do País” (“Depois de uma véspera conturbada, com uma guerrilha jurídica que punha em risco a última grande privatização do País, a Telebrás foi vendida de forma surpreendente.”) limita o sentido da guerrilha que recebe o acréscimo de significado de “risco”. Dessa forma, a oposição à privatização é significada como promotora de uma guerrilha que ameaça um acontecimento importante: “a última grande privatização do país”.

Em (13), observamos “batalha jurídica” e o aposto “último recurso dos que resistem à privatização” e em (14) “guerrilha de liminares” e o aposto “uma batalha judicial semelhante à que foi vista na venda da Vale do Rio Doce.” Esta relação apositiva considerada na gramática tradicional como explicação, esclarecimento, desenvolvimento ou resumo de outro termo da oração corresponde também à naturalização de uma interpretação. Souza (1999) mostra que o aposto é um ponto de passagem de sentidos, ou seja, é possível inserir a explicação proposta na seqüência apositiva linearizada e apagar sua relação interdiscursiva, como se houvesse uma relação necessária entre as duas seqüências. Assim, “batalha jurídica”, em (12-64) é parafraseada no aposto como “último recurso dos que se opõem à privatização”. Neste caso, observamos que ocorre a aproximação dessas interpretações, num ajuste imaginário realizado pelo sujeito. Não há, deste modo, relação necessária entre essas interpretações que são colocadas no texto, gerando o efeito de relação entre uma e outra. Produz-se ainda, desta forma, um efeito de completude. Este processo também ocorre em (13) na relação entre “guerrilha de liminares” e o aposto “uma batalha judicial semelhante à que foi vista na venda da Vale”. Neste exemplo, o aposto rememora a disputa jurídica ocorrida na privatização da Vale, reativando o evento precedente. Pode-se considerar o agenciamento desta memória para a composição do sentido atual, estabelecendo-o dentro de uma rede de formulações anteriores em que os efeitos metafóricos também são regulados no interdiscurso, delimitando um esquema interpretativo para as privatizações.

A nomeação das ações judiciais como “batalha” ou “guerrilha” gera um esquema narrativo com personagens vitoriosos e derrotados. Dessa forma, a batalha e a guerrilha são vencidas. O resultado é o encaixamento do governo na posição de “vencedor”, implícita ou explicitamente, respectivamente em (15) e (16). Em (15), a forma passiva “foi vencida a batalha jurídica” tem como sujeito gramatical a própria batalha. Esta batalha “foi vencida” por alguém, agente que está apagado nesta relação, como podemos observar abaixo:

“O leilão de privatização das telecomunicações foi um sucesso que surpreendeu até mesmo os mais otimistas. **Foi vencida a batalha jurídica**, foi superado o temor de que os preços fossem baixos, foi confirmado o enorme interesse do capital estrangeiro no aumento de sua presença na economia brasileira.”

Como consequência discursiva, produz-se o efeito de indeterminação. Assim, para que haja uma interpretação deste enunciado” (PÊCHEUX, 2002, p. 57), podem ser observadas.

Vimos que a privatização é considerada primeiramente como um marco simbólico, um ponto a partir do qual se reconfigura a história das telecomunicações. No discurso dos jornais, ela aponta para mudanças consideradas necessárias na sociedade brasileira para que ela avance em direção à modernidade ocidental. A privatização assume assim um significado “histórico”. Este acontecimento é classificado pela mídia como histórico e ser histórico significa ser importante, positivo e necessário.

A ênfase na fundação de um novo tempo apaga a complexa correlação de forças político-econômicas que intervêm no processo e também o conjunto de medidas e atos de governo necessários para que ela se concretize. Neste discurso, a privatização, portanto, assume os sentidos positivos, o caminho para a mudança e transformação de um setor econômico em crise e que não consegue mais atender às necessidades da sociedade. O significado histórico atribuído pelos jornais à privatização contribui assim para sua legitimação e aceitação perante o público, por meio da cristalização de um sentido positivo para o fato. Ocorre assim, como explica Orlandi (1998), uma organização dos sentidos, que é discursiva, que se relaciona com o poder na sociedade. Neste ponto, devemos considerar que na produção simbólica o político e o linguístico se articulam na constituição dos sentidos, que pela repetição se não negados” (PÊCHEUX, 2002, p. 57), podem ser observadas.

Vimos que a privatização é considerada primeiramente como um marco simbólico, um ponto a partir do qual se reconfigura a história das telecomunicações. No discurso dos jornais, ela aponta para mudanças consideradas necessárias na sociedade brasileira para que ela avance em direção à modernidade ocidental. A privatização assume assim um significado “histórico”. Este acontecimento é classificado pela mídia como histórico e ser histórico significa ser importante, positivo e necessário.

A ênfase na fundação de um novo tempo apaga a complexa correlação de forças político-econômicas que intervêm no processo e também o conjunto de medidas e atos de governo necessários para que ela se concretize. Neste discurso, a privatização, portanto, assume os sentidos positivos, o caminho para a mudança e transformação de um setor

econômico em crise e que não consegue mais atender às necessidades da sociedade. O significado histórico atribuído pelos jornais à privatização contribui assim para sua legitimação e aceitação perante o público, por meio da cristalização de um sentido positivo para o fato. Ocorre assim, como explica Orlandi (1998), uma organização dos sentidos, que é discursiva, que se relaciona com o poder na sociedade. Neste ponto, devemos considerar que na produção simbólica o político e o linguístico se articulam na constituição dos sentidos, que pela repetição se definem como dominantes, correspondendo a gestos de interpretação feitos a partir da e na linguagem e que se relacionam às posições discursivas que o sustentam com base no memorável.

7. Referências

- AS TELES depois do leilão, *Folha de S. Paulo*, 30/7/98, p. 1-2.
- BARROS, Luiz Carlos Mendonça de. Uma reforma profunda na economia e na vida. *O Estado de S. Paulo*, 29/7/1998, p. B-8.
- BOLSA sobe e juro cai após leilão da Telebrás. *Folha de S. Paulo*, 30/7/98, p.2-11.
- BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- HORITA, N. Privatizada, telebrás fecha em alta de 3,9%. *O Estado de S. Paulo*, 30/7/98, p. B14.
- LAVORATTI, L. E. e CRISTINO, V. Ministro comemora venda e ataca opositores. *O Estado de S. Paulo*, 30/7/98, p.B-4.
- LAVORATTI, L. E. Êxito na batalha jurídica exigiu dedicação. *O Estado de S. Paulo*, 30/7/98, p. B-4.
- MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, E (org.). *Discurso fundador*, Campinas: Ed. Pontes, 1993, p. 31-42.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. In: Le Goff, Jacques : Nora, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 179-193.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp/Pontes, 1997.

_____. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar Edições, 2005

O LEILÃO da Telebrás. *O Estado de S. Paulo*, 10/6/98, p. A3.

ORLANDI, E. *A interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1998, 150p.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 4. ed. Campinas: Editora Pontes, 2002, 100p.

_____. *A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, Michel ; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F. e HAK, T (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 163-252

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Editora Pontes, 2002, 68p.

PRIVATIZAÇÃO de teles atinge R\$ 22 bi com ágio de 64%. *Folha de São Paulo*, 30/7/98. Caderno Especial, p.1-7.

SERVA, Leão. *Jornalismo e desinformação*. 2 ed. São Paulo: Editora Senac, 2002.

SOUZA, Pedro de. A boa nova da memória anunciada: o discurso fundador da afirmação do negro no Brasil. In. E. Orlandi (org.) *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993, p. 59-79.

SCHOLZ, C. e AGUIAR, I. D. Telebrás é vendida por R\$ 22 bi, com ágio de 63%. *O Estado de S. Paulo*, 30/7/98, p. B1.

TAMER, A. Leilão da Telebrás abre novo espaço para captar dinheiro e criar emprego. *O Estado de S. Paulo*, 30/7/1998, p.B-18.

TELEBRÁS no balcão, *Folha de S. Paulo*, 27/7/98, p 1-2.

TELES, contagem regressiva. *Folha de S. Paulo*, 5/6/98, p. 1-2.